



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL

Aos 15 dias do mês de outubro de 2014, pelas 10:15 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.ª parte

Audição da ANA-Aeroportos de Portugal, sobre o aumento das taxas aeroportuárias nos aeroportos de Lisboa e Porto (Requerimento do PS).

2.ª parte

1. Apreciação e votação das atas n.os 215/XII e 216/XII, relativas às reuniões de 24 de setembro e 1 de outubro de 2014.

2. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 999/XII/3.ª (BE) – “Contra a privatização do serviço público de transportes de passageiros de Lisboa (Carris e Metropolitano de Lisboa)” e n.º 1000/XII/3.ª (BE) – “Contra a privatização do serviço público de transportes de passageiros na Área Metropolitana do Porto (STCP e Metro do Porto)”.

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Decisão do Conselho relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, sobre a proposta de alteração da Convenção Aduaneira relativa ao Transporte Internacional de Mercadorias a coberto das Cadernetas TIR (Convenção TIR de 1975) - COM(2014)491

- Relator: Deputado Valter Ribeiro (PSD).

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho – Eficiência energética e a sua contribuição para a segurança energética e o quadro político para o clima e a energia para 2030 - COM(2014)520

- Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP).

5. Outros assuntos.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL

Depois de verificado o quórum, o Senhor Presidente da Comissão começou a dirigir os trabalhos da Comissão e deu início à 1.ª parte da reunião com a

Audição da ANA-Aeroportos de Portugal, sobre o aumento das taxas aeroportuárias nos aeroportos de Lisboa e Porto (Requerimento do PS).

O Senhor Presidente da Comissão saudou a presença do Senhor Presidente do Conselho de Administração da ANA Aeroportos de Portugal, S.A e Administrador Delegado e enquadrou a reunião em requerimentos do PS, com debate em 1.ª e 2.ª, e eventual 3.ª, rondas de intervenções.

O Senhor Presidente do Conselho de Administração da ANA Aeroportos de Portugal, S.A e Administrador Delegado, Jorge Ponce de Leão interveio com apresentação em [PowerPoint](#).

Em 1.ª ronda, intervieram os Senhores Deputados Paulo Campos (PS), Nuno Matias (PSD), Rui Barreto (CDS-PP), Mariana Mortágua (BE) e Bruno Dias (PCP), tendo o Senhor Presidente do Conselho de Administração da ANA Aeroportos de Portugal, S.A e Administrador Delegado respondido sucessivamente.

De seguida, o Senhor Presidente da Comissão deu início à 2.ª ronda, em que intervieram os Senhores Deputados Paulo Campos (PS) e Rui Paulo Figueiredo (PS), que interpelou a Mesa, Luís Leite Ramos (PSD), Rui Barreto (CDS/PP) e Mariana Mortágua (BE), tendo o Senhor Presidente do Conselho de Administração da ANA Aeroportos de Portugal, S.A e Administrador Delegado respondido, a final.

Nesta sequência, a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino interveio junto do Senhor Presidente da Comissão, tendo o Senhor Presidente do Conselho de Administração da ANA Aeroportos de Portugal, S.A e Administrador Delegado respondido.

Por fim, em 3.ª ronda, intervieram os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Nuno Matias (PSD), Paulo Campos (PS), e Luís Leite Ramos (PSD), a quem o Senhor Presidente do Conselho de Administração da ANA Aeroportos de Portugal, S.A e Administrador Delegado respondeu, a final.

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu e encerrou, pelas 13h07, a audição, que foi gravada e transmitida pelo Canal Parlamento, podendo ser consultada na [página](#) da Comissão, cujo respetivo registo vídeo faz parte integrante desta ata.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 218/XII/ 4.^a SL

2.^a parte

1. **Apreciação e votação das atas n.^{os} 215/XII e 216/XII, relativas às reuniões de 24 de setembro e 1 de outubro de 2014.**

Submetidas à votação, foram as atas n.^{os} 215/XII/4.^a e 216/XII/4.^a, relativas às reuniões de 24 de setembro e 1 de outubro de 2014, aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

2. **Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 999/XII/3.^a (BE) – “Contra a privatização do serviço público de transportes de passageiros de Lisboa (Carris e Metropolitano de Lisboa)” e n.º 1000/XII/3.^a (BE) – “Contra a privatização do serviço público de transportes de passageiros na Área Metropolitana do Porto (STCP e Metro do Porto)”.**

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) para apresentar os Projetos de Resolução em causa, a qual, na sua intervenção, considerou que os transportes representavam o caso paradigmático do dogmatismo do Governo na privatização dos serviços públicos. Em seu entender, a prova de que este processo de concessão é complicado reflete-se no facto de existir grande confusão e a concessão ser adiada permanentemente pelo Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações. Lembrou os problemas financeiros que estas empresas enfrentam e realçou o facto de a concessão que está a ser preparada ir entregar a privados a exploração da operação, que se encontra prestes a dar lucro, à custa dos aumentos que se têm verificado, e de as dívidas ficarem no Estado. Acrescentou ainda que se punha a questão de os privados pretenderem também indemnizações compensatórias. Em sua opinião, os privados não garantem melhor serviço, pelo que não havia racionalidade na concessão nem garantia do serviço público. Concluiu, solicitando que se pudesse travar estas concessões a tempo, em nome dos interesses dos utilizadores dos transportes.

Sobre o assunto pronunciaram-se os Senhores Deputados Ana Paula Vitorino (PS), Paulo Cavaleiro (PSD) e Rui Barreto (CDS-PP).

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) começou por referir que o PS não tinha qualquer posição de princípio contra a operação por privados de um serviço público, mas a concessão tem de ser feita com clareza sobre o que se está a concessionar. Depois de ter destacado a



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL

diferença entre a concessão do serviço público de transportes de Lisboa (em que o concurso ainda não foi lançado e existem negociações com a Câmara Municipal de Lisboa) e a dos da Área Metropolitana do Porto (já com concurso lançado), referiu a desconfiança forte de todos os intervenientes quanto ao concurso já lançado e o facto de o mesmo estar suspenso, em virtude de terem sido pedidos esclarecimentos, os quais ainda não foram dados, razão pela qual foi adiado *sine die* o prazo para entrega de propostas. Prosseguiu afirmando que se tratava de matérias demasiado sérias e importantes para as pessoas, a sociedade e a economia para que existissem procedimentos pouco claros. Em seu entender, não existem condições para ser retomado o processo concursal na Área Metropolitana do Porto, pelo que defendeu a anulação do concurso e o lançamento de um novo concurso, tendo destacado ainda a falta de comparador público. Quando ao serviço público de transportes de Lisboa, existem negociações com a Câmara Municipal de Lisboa mas o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações anunciou publicamente que ia lançar durante o mês de outubro um concurso para a concessão a privados da operação, pelo que, concluiu, algo nesta situação tem de ser esclarecido.

Por sua vez, o Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) lembrou que, neste caso concreto, o Governo estava a cumprir o que constava do seu Programa de Governo. Lembrou o processo de reajuste de que o sector tinha sido objeto e, nesse âmbito, o diálogo que houve com várias entidades e os acordos realizados com as entidades metropolitanas de Lisboa e do Porto. Afirmou que o contrato de serviço público que estas empresas têm tem de ser cumprido e que no dia anterior tinham sido anunciadas pelo Governo alterações ao caderno de encargos que podiam clarificar algumas das questões levantadas. Prosseguiu afirmando que neste processo havia uma questão de justiça para o país que era a da eliminação das indemnizações compensatórias na área dos transportes. Esclareceu que o PSD não tinha qualquer problema com o facto de os privados poderem prestar um serviço público, desde que exista uma boa fiscalização e um bom controlo, e esse é muitas vezes um dos problemas das concessões. Mas, concluiu, a Assembleia da República, enquanto órgão fiscalizador da atuação do Governo, terá também o seu papel nesse processo. Finalmente, destacou a importância da sustentabilidade destas empresas e a possibilidade de os privados trazerem novas soluções para as situações existentes.

O Senhor Deputado Rui Barreto (CDS-PP) começou por referir as divergências entre o CDS-PP e o BE nesta matéria. Expressou convicção de que o serviço público seria garantido pelos operadores privados, nomeadamente no que tocava à manutenção das carreiras. Depois de lembrar que o Governo anterior também já previa a abertura dos transportes públicos a



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL

privados, referiu a reestruturação que foi feita de todo o sector dos transportes, de modo a que estes serviços fossem eficientes e terem resultados operacionais lucrativos, afirmou acreditar que o comparador público iria ser feito e que a finalidade do Governo era a de manter o serviço público, os trabalhadores e os trajetos, desonerando o Orçamento do Estado.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) concluiu a discussão destes projetos de resolução, referindo que a maioria parlamentar não tinha apresentado um argumento racional para a entrega a privados destas empresas. Lembrou que os cortes operacionais já tinham sido feitos pelo Governo, que colocou as empresas a dar lucros operacionais. Acrescentou que o Orçamento do Estado continuará a ser onerado porque a dívida financeira mantém-se no erário público e se não houvesse concessão a dívida não iria aumentar porque as empresas já dão lucro operacional. Afirmou que os privados não têm mais experiência em Portugal do que o Estado nesta área e, no que toca ao investimento em infraestruturas, não fazem esse investimento, quem o faz é o público. Argumentou que o Governo, em vez de aumentar o serviço público para todos os utentes, corta o serviço público onde ele existe. Lembrando o que aconteceu com a Rodoviária Nacional, que garantia o serviço público nas vilas e aldeias, afirmou que a culpa de haver maus transportes era das privatizações e reiterou que não havia argumentos para dar os lucros a privados, ficando o Estado a pagar a dívida.

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Decisão do Conselho relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, sobre a proposta de alteração da Convenção Aduaneira relativa ao Transporte Internacional de Mercadorias a coberto das Cadernetas TIR (Convenção TIR de 1975) - COM(2014)491

- Relator: Deputado Valter Ribeiro (PSD).

Depois de o Senhor Deputado Valter Ribeiro (PSD) ter apresentado sucintamente o parecer sobre a COM(2014)491, foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho – Eficiência energética e a sua contribuição para a segurança energética e o quadro político para o clima e a energia para 2030 - COM(2014)520

- Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP).



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL

Não estando presente o relator, por se encontrar na reunião de outra Comissão que decorria em simultâneo, e tendo o parecer sido distribuído antecipadamente, foi o mesmo dado por apresentado e submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

5. Outros assuntos.

Nada havendo a tratar neste ponto da ordem do dia, a reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de outubro de 2014.

O PRESIDENTE

(PEDRO PINTO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 218/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Eduardo Teixeira
Fernando Serrasqueiro
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Leite Ramos
Luís Vales
Mariana Mortágua
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Odete Silva
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Nuno Santos
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
Afonso Oliveira
Cristóvão Crespo
Gabriel Côrte-Real Goucha
Paulo Cavaleiro
Pedro Saraiva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Fernando Jesus
Helder Amaral